

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

FASUBRA Associação CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Trabalhadores públicos federais vão invadir Brasília

Mobilização liderada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais contará com caravanas organizadas pelas bases da Fasubra. Os técnicos-administrativos em educação das Ifes ficarão acampados na Esplanada dos Ministérios. A agitação contra o ajuste fiscal (PEC 241/16 e PLP 257/16), as privatizações e em defesa de salários, direitos e empregos durará três dias: de 12 a 14 de setembro.

Greve Geral do funcionalismo e de todos os trabalhadores

Por decisão de assembleia, os delegados à plenária nacional da Fasubra, nos dias 9, 10 e 11 de setembro, defenderão proposta de deflagração de greve geral.

PÁGINA 3

Golpe de Estado e suas consequências para a classe trabalhadora e para a sociedade em geral. PÁGINAS 4, 5, 6 E 7

Água e saneamento básico na ponta da lista de privatizações do governo golpista. No Rio de Janeiro, trabalhadores vão às ruas pelo apoio da população contra a venda da Cedae. PÁGINA 8

Manifestantes nas escadarias da Alerj, Centro do Rio de Janeiro



DOIS PONTOS

“Vivendo com saúde”

Fotos: Renan Silva

Os aposentados do Sintufjr participaram de palestra no dia 30 de agosto, no Espaço Cultural do Sintufjr, proferida pela enfermeira aposentada Márcia Lopes, cujo tema foi “Vivendo com saúde”. A iniciativa foi da coordenadora de Aposentados e Pensionistas, Maria Passerone.

Márcia abordou as doenças mais frequentes na terceira idade e foi instigada pela curiosidade das participantes (maioria do sexo feminino) a falar sobre sexo nesta fase da vida. “Elas fizeram perguntas sobre doenças sexualmente transmissíveis e sobre o ato sexual.

Foi muito interessante”, observou Márcia, que exaltou a importância para as aposentadas procurar viver da melhor maneira.

As aposentadas saíram muito satisfeitas com a atividade e celebraram o encontro cantando a música de Gonzaguinha “O que é, o que é?”, subindo a voz no refrão que diz: “É a vida, é bonita/ E é bonita.../ Viver!/ E não ter a vergonha/ De ser feliz/ Cantar e cantar e cantar/ A beleza de ser/ Um eterno aprendiz...”. O encontro foi encerrado com parabéns aos aniversariantes dos últimos três meses, com direito a bolo.

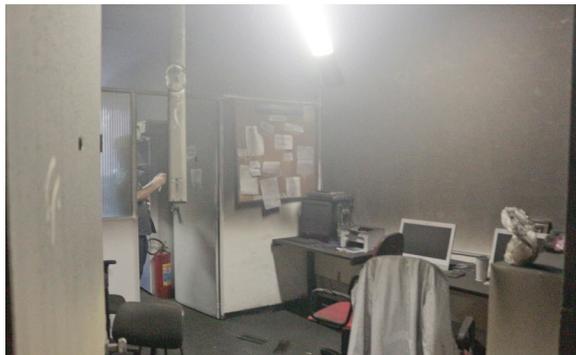


Ar-condicionado causa incêndio em sala do CCS

Na segunda-feira, dia 29 de agosto, a sala 46, localizada no bloco D do Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais (NPPN), no Centro de Ciências da Saúde (CCS), pegou fogo. O incêndio aconteceu no final da tarde e foi provocado por um curto no ar-condicionado.

A Brigada de Incêndio Voluntária do CCS chegou rápido e de-

belou o fogo, mas mesmo assim os brigadistas acionaram imediatamente o Corpo de Bombeiros. Por segurança, a área foi isolada até o controle absoluto da situação, pois o corredor foi tomado por fumaça. Não houve feridos, apenas os equipamentos da sala foram danificados: móveis e um computador.



A fome na UFRJ-Macaé

Há dois meses, no campus UFRJ-Macaé, a GRA Serviços Terceirizados não paga salários a seus trabalhadores nem concede tíquete-alimentação e vale-transporte. São chefes de família, alguns com filhos pequenos, que não têm como pôr comida na mesa. E, embora sejam descontados no contracheque, a empresa não recolhe FGTS, PIS e INSS.

Esses trabalhadores também são expostos a produtos químicos de limpeza, porque a empresa não fornece equipamentos de proteção.

Estudantes do curso de Medicina (M 03) fizeram uma coleta solidária de alimentos para entregar aos terceirizados sem salários.

Esta é a brutal realidade de sobrevivência dos terceirizados do campus UFRJ-Macaé, que foram abandonados à própria sorte.

Reunião geral dos aposentados

A diretoria do Sintufjr convida todos os aposentados da UFRJ para a reunião que a entidade realizará na terça-feira, dia 27 de setembro, às 10h, no Espaço Cultural da entidade, na Cidade Universitária (Fundão).

Pauta: discussão sobre os ataques do governo golpista de Michel Temer aos direitos da categoria, expressos na PEC 241/16 e no PLP 257/16, e sobre o reposicionamento dos aposentados no PCCTAE.



Curso de capacitação do Sintufjr

Começou no dia 1º de setembro o curso de capacitação que o Sintufjr está oferecendo à categoria de Língua Portuguesa Básica (foto da turma ao lado), com duração de 45 horas (término no dia 15 de dezembro). As aulas são às quintas-feiras, das 14h às 16h, na Decania do CT.

Além desse curso, encontra-se em andamento mais outros dois cursos de capacitação oferecidos pelo Sintufjr: Redação e Atualização em Língua Portuguesa, no CT, às terças-feiras, das 14h às 16h, e Atualização Gramatical, no 10 E, sala 37 (no HU), às segundas-feiras, das 17h30 às 18h50.

Curso Autonomia Solidária

Até o dia 15 de setembro, o Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida e o Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa inscrevem para o curso de Autonomia Solidária, que será ministrado em conjunto com a Secretaria de Es-

tado de Trabalho e Renda e o Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro. Os interessados devem preencher a ficha acessando o link <https://goo.gl/forms/7xCDKkaBwNd7N6za2>.

O curso se destina principalmente às mulheres que estão ou

estiveram em situação de violência doméstica ou sexual, como também às mulheres vulneráveis socialmente. Duração: de 20 de setembro a 29 de novembro, sempre às terças-feiras, das 8h30 às 16h30. O local de realização das aulas é no Centro de Referência

para Mulheres Suely Souza de Almeida, localizado na Praça Jorge Machado Moreira, s/n, Cidade Universitária da UFRJ.

Mais informações pelos telefones 3938-0600 e 3938-0603, ou pelo e-mail: crmssa.ufrj@gmail.com.

Errata Amavila

Na página 2 da edição 1170: a) Ao contrário do que foi informado na matéria “Regularização fundiária da Vila Residencial”, a audiência pública agendada para o dia 30 de agosto, na Câmara de Vereadores, foi iniciativa da Secretaria do Patrimônio da União; b) E, segundo o presidente da Amavila, Antônio José Avelino, foi da associação a iniciativa de elaboração do projeto para capacitação de jovens e adultos da comunidade e não a pedido da direção do Parque Tecnológico, conforme informa a matéria “Amavila discute com Parque Tecnológico a capacitação de jovens e adultos da comunidade”; e, c) Sara Dantas não é diretora da Amavila, é voluntária da entidade.

É LUTA!

Categoria vai defender greve geral na Fasubra

E, com outras categorias do serviço público federal, ocupar a Esplanada dos Ministérios



Fotos: Renan Silva

Por unanimidade, os cerca de 260 técnicos-administrativos em educação da UFRJ presentes à assembleia de terça-feira, dia 30 de agosto, aprovaram defender, na plenária da Fasubra, nos dias 9, 10 e 11 de setembro, a deflagração de greve geral contra qualquer ataque a direitos, e a participação da categoria na mobilização, em Brasília, de 12 a 14, aprovada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef), da qual a Federação faz parte. A categoria se mantém em estado de greve.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, a categoria entrou em greve no dia 29 de agosto em defesa de direitos, mas os trabalhadores da UFRJ não aprovaram nenhum indicativo de data para início do movimento

grevista como proposta a ser levada à plenária da Fasubra. A posição majoritária dos presentes na assembleia foi de construção de uma greve geral do funcionalismo público federal (se possível com servidores de estados e municípios) rumo a uma greve de todos os trabalhadores do país.

Comissão de Mobilização

Também fez parte das propostas levadas pela direção sindical e que foram aprovadas com acréscimos das demais forças políticas, a formação de uma Comissão de Mobilização. Toda a categoria está convidada a participar. A primeira reunião será na quinta-feira, dia 8, às 13h, no Espaço Cultural do Sintufrj (Fundão). A direção sindical

entrará em contato com os delegados ao XI Consintufrj para que eles façam parte da comissão, que terá como tarefa conscientizar os técnicos-administrativos em seus setores de trabalho sobre a necessidade de organizar uma greve geral de ocupação forte para impedir o desmonte da universidade e a cassação de direitos da categoria.

Plenária e Caravana a Brasília

O Sintufrj participará da plenária nacional da Fasubra com oito delegados (um da direção e sete da base, eleitos na assembleia). Para a grande mobilização dos servidores públicos federais de 12 a 14 de setembro, em Brasília, o Sindicato enviará dois ônibus. As

inscrições para a Caravana, com acampamento na Esplanada dos Ministérios, foram feitas durante a realização da assembleia.

A expectativa da Fasubra e das demais 22 entidades participantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, que inclui CUT, CTB e CSP-Conlutas, é reunir milhares de pessoas na Esplanada dos Ministérios de todo o país contra o ajuste fiscal (PLP 257 e PEC 241), a reforma da Previdência Social, as privatizações e em defesa de salários, direitos e emprego.

Este será o primeiro ato ampliado do funcionalismo público federal contra o governo golpista de Michel Temer após a confirmação do golpe na democracia brasileira pelo Senado.

“Vamos à construção da nossa greve geral”

Unidade para enfrentar os ataques a direitos e para manter o Estado brasileiro como ele está garantido na Constituição de 1988 foi a palavra de ordem adotada na assembleia pelas lideranças das forças políticas que militam no movimento sindical da categoria na UFRJ, na assembleia. E todos apontaram para a necessidade de mobilizar os trabalhadores para deflagração de uma greve geral, que será muito diferente das outras greves realizadas pela categoria nas Ifes ou com todo o funcionalismo público federal. A greve que está sendo gestada será política, sem mesa de negociação.

“O governo quer passar para a população que o serviço público é

oneroso”, alertou Esteban Crescente, lembrando que já foi sinalizado para a UFRJ mais corte de verbas. “Vamos à construção da nossa greve geral”, conclamou.

“Ou fazemos agora uma greve política contra o governo golpista ou amargaremos o fim do Estado brasileiro”, complementou Luiz Pustiglione.

“Nós, da Educação e da Saúde, e outras categorias do serviço público, podemos nos organizar e construir nossa luta”, disse Milton Madeira.

“Greve geral unificada dos servidores públicos da União, estados e municípios é a única forma de derrotar o projeto dos golpistas”, afirmou Rafael Medeiros.

“A unidade para a construção de uma greve política tem que ser real”, observou Vander.

“Hoje a unidade entre nós é essencial, pois o nosso desafio é ganhar consciências dentro da universidade e trazer a sociedade para a luta em defesa do serviço público”, disse Neuza Luzia.

“A batalha será diária, e se não tivermos organizados e unidos vamos amargar derrotas”, anteviu Gerly Miceli.

“A luta vai ser pesada, mas a Fasubra nunca fugiu da luta, ao contrário das outras federações”, lembrou Rogério Batista.

“Vai ter greve, mas de ocupação; não é greve para ganhar, mas para não perder”, avisou Marli Rodrigues.

“Tem que ser uma greve de responsabilidade, e é necessário estarmos todos juntos”, frisou Boaventura Souza Pinto.

“Precisamos construir o terceiro campo político para recuperar o sonho de reconstrução social”, defendeu Fábio Marinho.

“Não vamos impedir o que vem por aí andando para os lados que nem caranguejo, portanto, a unidade entre nós é, sim, necessária”, afirmou Rafael Coletto.

“O momento impõe uma ampla unidade para lutar contra o ajuste fiscal. Temos que deflagrar a greve do funcionalismo federal em direção a uma greve geral de todos os trabalhadores no país”, propôs Gibran Jordão

“Temos, sim, muitas diferenças de análise de conjuntura, mas as falas sinalizaram para a unidade do funcionalismo. Porém, os que lambem botas do governo, seja ele qual for, que já estão, inclusive, articulando nos bastidores contra a greve, como é o caso dos auditores, procuradores, polícia federal, não podemos permitir que nos representem em qualquer fórum. Mesmo no governo Dilma, a Fasubra sempre esteve à frente da luta. O que temos que fazer é trazer para a nossa luta os professores, estudantes e terceirizados, porque estamos lutando em defesa da universidade, da educação e de direitos”, disse Francisco de Assis.



Esteban

Luiz

Milton

Rafael

Vander

Neuza

Gerly

Rogério

Marli

Boaventura

Fábio

Coletto

Gibran

Francisco

Senado cassa presidente

Sem cometer crime algum, Dilma é retirada do cargo por uma articulação maquiavélica de políticos de direita e corruptos,

“Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática”, disse Dilma Rousseff em pronunciamento depois da cassação de seu mandato, prometendo recorrer a todas as instâncias.

O placar é conhecido: com o voto de 61 senadores contra o de 54 milhões de eleitores, na triste tarde de 31 de agosto, o Senado destituiu da presidência da República do Brasil Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o mais alto posto da Nação. Firme, digna, corajosa, ela os enfrentou, respondendo, durante várias horas, olhando nos olhos de cada um dos vendilhões da pátria, ao festival

de acusações sem nexos. Foi realmente um teatro.

Ali se consumava a última etapa do golpe articulado pelas grandes corporações empresariais nacionais e estrangeiras, pela direita no Congresso Nacional e por parte do Judiciário, com o apoio da mídia – como apontaram juristas, historiadores, artistas, intelectuais brasileiros e internacionais. O processo durou 272 dias.

Teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitou o pedido de impeachment sob a acusação de “pedaladas” fiscais em 2015.

O pedido foi assinado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, contratada pelo PSDB por R\$ 45 mil para fazer o parecer sobre o afastamento da presidenta, segundo o Portal Fórum.

Um coração valente no Senado

O processo entrou em fase decisiva no Senado a partir de 24 de agosto, e teve como ápice a forte presença da presidenta Dilma, na segunda-feira, 29 de agosto, dois dias antes da decisão final. Dilma respondeu por 14 horas um a um aos questionamentos de 48 senadores. Negou mais de uma dezena de vezes que tenha cometido crime de responsabilidade. Não esmoreceu, mesmo diante de um julgamento moral e político, muitas vezes escutando argumentos grosseiros que pouco tinham a ver com a denúncia em questão, reafirmando a imagem de mulher lutadora.

A participação marcante de Dilma repercutiu na imprensa mundial e nas redes sociais – a hashtag #PelaDemocracia foi a mais acessada no twitter mundial –, e reforçou a narrativa de que o Brasil vive um golpe, ou uma farsa. “Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador”, disse Dilma, que estava há mais de três meses afastada do cargo.

Perseguida desde sua reeleição, em outubro de 2014, transformada em alvo das elites, Dilma deixou sua marca entre aqueles considerados imprescindíveis

na História. “Hoje só temo a morte da democracia”, disse ela.

“Como no passado, resisto. Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje com a retórica jurídica, pretendem acabar com o estado de direito (...). Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante sua consciência e perante a História pelos atos que praticam. (...) Resistir, resistir sempre para acordar as consciências ainda adormecidas para que, juntos, finquemos o pé no terreno que está do lado certo da História, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir”, disse ela.

“Você é uma guerreira”, reconheceu Chico Buarque, que acompanhou o discurso de Dilma e parte da sessão do julgamento.

Golpe, sim

Ao contrário da chamada grande mídia no Brasil, os maiores jornais do mundo fizeram jornalismo. “Dilma é vítima de um golpe”, disse o *Le Monde*; “Se uniram pela retirada de Dilma sabendo que seria injusto”, informou o *Washington Post*.

Depois da decisão final do Senado, no dia 31 de agosto, Dilma fez um pronunciamento público no Palácio do Alvorada: “Acabaram de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituíram

a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis”.

Povo pagará pela armação

Dilma perdeu o mandato, mas manteve seus direitos políticos, na votação que decidiu se ela ficaria inabilitada para os próximos oito anos, proibida de exercer cargos públicos. Placar: 42 votos a favor da punição e 36 contra. “A consumação do golpe com a preservação dos direitos políticos da presidenta Dilma Rousseff é a prova incontestável de que o conluio reacionário tinha, exclusivamente, o intento de assaltar o Palácio do Planalto para promover o retrocesso neoliberal e podar a esperança de milhões de brasileiros por uma Nação livre, igual e soberana”, disse Adilson Araújo, presidente nacional da CTB.

“Só a falta de vergonha na cara pode explicar essa encenação de um bando de acusados de crime reunidos para julgar uma mulher honesta e íntegra”, disse Vagner Freitas, presidente nacional da CUT. Dos 81 senadores, 24 são acusados ou suspeitos de práticas criminosas, como corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, peculato, crimes eleitorais, de responsabilidade e contra Lei de Licitações.

De acordo com o presidente da CUT nacional, o Congresso paralisou o governo, se uniu à mídia e aos empresários que querem mais lucros e menos direitos para os trabalhadores para consolidar um golpe parlamentar-midiático e jurídico. “Quem vai perder são os trabalhadores, que dependem de políticas públicas para sobreviver com alguma dignidade. As propostas dos golpistas – aumento da idade mínima para aposentadoria, reforma da legislação trabalhista, terceirização e entrega do pré-sal e de terras brasileiras para grupos estrangeiros – mostram o que está por trás dessa guerra em Brasília”, concluiu.

Michel Temer tomou posse naquele mesmo dia (e, até 31 de dezembro de 2018, será o terceiro político do PMDB alçado à presidência da República sem o aval das urnas), e confirmou para o que veio, ao prometer mexer na Previdência e em direitos trabalhistas.



nta legitimamente eleita

tos, no Congresso Nacional, das elites, das grandes corporações empresariais e de parte do Judiciário, com apoio da mídia

Fim dos avanços sociais

“**N**ão estamos julgando a presidenta Dilma Rousseff, que não cometeu crime algum. Estamos comparando duas hipóteses de governo. Um, que quer acabar com pensões e aposentadorias, um massacre para 20 milhões de brasileiros e que joga todos os recursos do Estado para servir exclusivamente ao pagamento da dívida pública, com juros absurdos definidos por um Banco Central controlado pelos bancos privados. Outro, que ao menos tenta encontrar saídas para continuar gerando empregos, aumentando salários e criando programas sociais. Reverter direitos é o caminho que querem nos impor. Congelar despesas da União por 20 anos – não se pode mais nascer, não se pode mais estudar, não se pode melhorar o ensino e não se pode melhorar a saúde. Privatização do patrimônio nacional: a entrega do Petróleo; a privatização da água já sugerida dentro do governo do meu correligionário Michel Temer. É o Brasil que está em jogo. É uma ilegalidade absoluta o que estão tentando impor nesta Casa. Não há crimes. Isso aqui é um simulacro de júri, em que os interesses fisiológicos prevalecem sobre a letra da lei”, apontou da tribuna o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

“Condenam uma inocente para tentar salvar corruptos”

“Esse Senado Federal vai ter que pedir desculpas à presidenta. Nós iremos dormir tranquilos, porque estamos do lado da História, do lado da democracia. O que está por trás desse golpe é outra coisa. Querem condenar uma inocente para tentar salvar corruptos. São seus algozes que temem o braço da Justiça. Não querem que o povo tenha voz e voto. As elites nunca tiveram compromisso com a democracia”, afirmou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) em seu pronunciamento.

“Eles nunca aceitaram o resultado das eleições. Aqui não há nenhum ingênuo para saber que ela cometeu qualquer crime. A crise política vai aumentar. Temer não tem credibilidade para governar esse país. Aos que querem Dilma fora do cargo,

presidenta legalmente eleita, por um cálculo político do poder, não dizemos nada. Deixamos a eles o julgamento da História. Aos que querem encerrar as investigações da Lava-Jato, digo que este país tem sede de justiça, e essa sede não será aplacada por um hiato constitucional. Aos que não se intimidam de dizer que querem Dilma fora pelo conjunto da obra, questiono onde está o crime”, disse a senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

Mandaram os votos dos brasileiros às favas

Mandaram às favas a força do voto, revogando a necessidade de disputa eleitoral como instrumento de ascensão à presidência da República, um cargo hoje à mercê de chantagens parlamentares, como disse o cientista político e ex-presidente do PSB, Roberto Amaral, em artigo no jornal *Brasil de Fato*, que alerta para outro lado deste golpe, não menos nefasto: “A imposição,

ao arrepio do processo eleitoral, contra a vontade manifesta da nação, de um projeto de sociedade fundado na desnacionalização, na privatização desenfreada, no desmonte das políticas sociais (inclusive a luta contra o analfabetismo), na derrogação da legislação trabalhista e no abandono da política externa, que privilegia a integração regional, a abertura para a África e inserção soberana no mundo, para voltarmos ao colo dos in-

teresses hegemônicos dos EUA”.

Quem votaria num projeto desse? Ninguém, é óbvio. Portanto, sua implantação dependia de um golpe de estado, o que ocorreu. Como aponta Amaral, “as bases de um governo conservador são os rentistas da Avenida Paulista, o agronegócio, o capital financeiro com articulação multinacional, igrejas pentecostais, sustentado por uma imprensa monopolizada ideologicamente a serviço dos interesses da classe dominante”.

Trechos do pronunciamento de Dilma

“É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

“O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força

conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

“O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra;

direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

“Me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A História será implacável com eles”.

“Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento

do poeta russo Maiakovski:

‘Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado.
As ameaças
e as guerras,
haveremos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.’”

FND: PEC 241 é exemplo das consequências desastrosas do “impeachment injustificável”

A Congregação da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ aprovou, no dia 31, moção de repúdio contra o impeachment, “por entendê-lo em desconformidade com os princípios mais fundamentais ao devido processo legal, bem como injustificável pela ausência de comprovação de crime de responsabilidade suficiente ao ensejo de legítima destituição de mandato presidencial.

Para os conselheiros, o impedimento de Dilma sem a clareza da responsabilidade por crime representa uma fratura democrática com consequências desastrosas para a história do país, da qual é exemplo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 que prevê um novo regime fiscal com o estrangulamento financeiro do setor público brasileiro e o engessamento dos investimentos na saúde e na educação pelos próximos 20 anos.

“A Faculdade Nacional de Direito (FND), lembrando a luta de estudantes, técnicos e professores que resistiram a golpes de Estado e denunciaram tentativas de assalto a direitos e liberdades, vem a público repudiar e alertar quanto às graves consequências em caso de aprovação da PEC 241, em particular para a Universidade Pública que será severamente afetada”, conclui a nota.



Trabalhadores vão pagar a conta do golpe

Fotos: Renan Silva

Financiadores do impeachment exigem mais lucros e menos justiça social

A previsão da CUT com o enterro, pelo Senado, da democracia é que a vida dos trabalhadores do campo, da cidade e da população mais pobre, a que mais precisa de manutenção e ampliação dos direitos e das políticas públicas, daqui para a frente não vai ser fácil. Por esta

razão, a Central já marcou para quinta-feira, 22, um Dia Nacional de Paralisação, um esquentado para a greve geral contra a retirada de direitos.

O que está por vir no governo Temer - com dois anos e quatro meses de mandato - é um projeto

de sociedade fundado na desnacionalização, na privatização desenfreada, no desmonte das políticas sociais (inclusive na luta contra o analfabetismo), no favorecimento ao empresariado, ao capital financeiro nacional e internacional, aos ricos, na

revogação da legislação trabalhista e no abandono da política externa que privilegia a integração regional, a inserção soberana no mundo, para voltar à submissão dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos.

Todas as medidas pre-

tendidas são a resposta dos parlamentares e do golpista Temer e sua equipe aos financiadores do golpe, empresários que exigem medidas que garantam mais e mais lucros e menos direitos para os trabalhadores e menos justiça social para o povo.

Temer não terá um dia de paz

O recado dado nas ruas do país, em 29 de agosto, ao governo golpista é claro: Temer não terá um dia de paz até o fim de seu mandato ilegítimo. Os atos foram organizados pelos movimentos sociais, CUT, CTB, Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo.

No Rio de Janeiro, lideranças dos movimentos, centenas de trabalhadores e cidadãos que se reuniram no centro da cidade para protestar contra o impeachment, ratificaram a posição de combater o governo ilegítimo sem tréguas. O cenário para os trabalhadores e para a população com Temer à frente do governo é de retrocesso completo de direitos e de uma política leonina de privatizações.

A concentração do ato no Rio dia 29, foi no final da tarde, na Igreja da Candelária. De lá, os manifestantes saíram em passeata pela Avenida Rio Branco, entoando várias palavras de ordem, até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), onde reafirmaram a necessidade da defesa da democracia e a defesa dos direitos. O SintufRJ participou com dirigentes e trabalhadores da base.

Em São Paulo, a tropa de choque da Polícia Militar reprimiu

a manifestação com truculência. Em Brasília houve acampamento em frente ao Senado. "Temer e sua turma de golpistas dizem que, passando o julgamento do Senado, se o golpe for vitorioso, o país vai entrar num período de estabilidade, céu de brigadeiro, paz social. O que queremos dizer é que eles estão brincando com fogo. Se este golpe for vitorioso, vai-se abrir a porteira de um longo, período de instabilidade", anunciou o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Frente Povo sem Medo, Guilherme Boulos.

No dia 31 de agosto, após a consumação do golpe pelo Senado, população e trabalhadores foram novamente às ruas exigir Fora, Temer. Em São Paulo houve mais violência contra os manifestantes. No Rio, o ato na Cinelândia, desde as 16h, foi organizado pela CUT, CTB, Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo. O objetivo foi mostrar aos golpistas que a classe trabalhadora e o povo seguem firmes em seu propósito de lutar pela democracia de forma incansável e determinada. E estarão nas ruas e na luta durante todo o governo ilegítimo de Michel Temer.

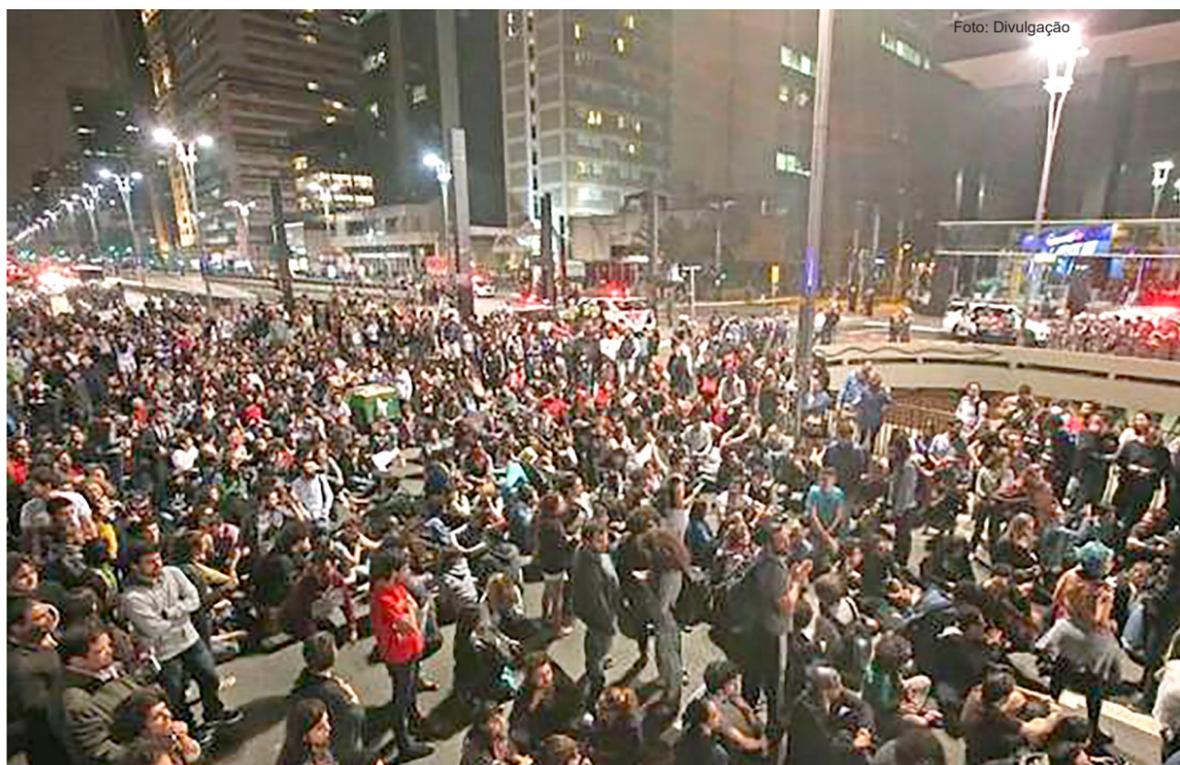
Campanha Fora, Temer cresce

Estava previsto para domingo, dia 4, manifestações pelo Fora, Temer e em defesa de direitos em várias cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, a concentração seria em frente ao Copacabana Palace, a partir das 11h.

Por conta da passagem da tocha Paralímpica, o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, anunciou durante a semana que estava proibida a manifestação na capital paulistana. O golpista Michel Temer reforçou a repressão aos que são contrários ao seu governo ilegítimo autorizando o uso das Forças Armadas em São Paulo.



RIO DE JANEIRO: manifestantes saem em passeata da Candelária até as escadarias da Alerj



SÃO PAULO: Avenida Paulista é tomada pela multidão, que grita Fora, Temer!



Foto: Renan Silva

O que está por vir

Redução ou extinção de direitos conquistados com muita luta, desde a CLT de 1943 até os programas sociais garantidos na Constituinte de 1988, que têm feito o Brasil deixar de ser um país de miseráveis, famintos, analfabetos, doentes, sem moradia e água tratada, sem emprego, sem atendimento odontológico e médico.

Todas as propostas divulgadas até agora pelos golpistas são contra os interesses da classe trabalhadora e da população em geral. A última delas, o corte de verbas para os programas de alfabetização, já foi anunciada oficialmente. O congelamento dos gastos públicos (traduzido na Proposta de Emenda Constitucional 241), atrelado somente à correção da inflação, vai deixar milhões de pessoas sem os serviços essenciais de saúde, educação e segurança públicos.

Privatizações

A ordem do golpista Michel Temer é privatizar “o que for possível”. Logo que tomou posse em maio, editou medida provisória que trata de parcerias entre a iniciativa privada e o Estado e de contratos de concessão relacionados a infraestrutura. É o chamado Programa de Parcerias de Investimento (PPI), que tem o objetivo de eliminar “entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado que atrapalham concessões”.

O governo ilegítimo já anuncia a venda da Petrobras e de suas jazidas de petróleo do pré-sal e a privatização de estatais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, os Correios e as empresas de energia. As universidades públicas também estão nos planos de privatização. Os golpistas pretendem ainda a liberação de venda de terra para estrangeiros, comprometendo nossa produção de energia e uso da água. Querem também a liberação do espaço aéreo. É um verdadeiro leilão da soberania nacional.

Educação e Saúde

Haverá redução de recursos e programas.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017 reduz 20% do total autorizado em 2016 para as universidades federais, e sem reposição da inflação.

Tem mais: Temer quer acabar com a obrigatoriedade constitucional de se gastar com a Educação 18% da receita resultante de impostos. Ele promoveu também a redução de programas, como o Ciências Sem Fronteiras, em programas de expansão de matrículas em nível superior, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), entre outros. Haverá também retração de investimentos para a construção de novas universidades e institutos federais de educação tecnológica.

Na área da Saúde, ele também quer acabar com a aplicação de no mínimo 13,2% da Receita Líquida Corrente do governo federal, que subiria até 15% em 2020. A proposta principal é o desfinanciamento e o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que passará a ser um sistema restrito e focado não universal, deixando a imensa maioria da população indefesa diante da privatização. O ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que o SUS é excessivamente grande e, portanto, precisaria ser cortado, diminuído e desmontado. Haverá favorecimento aos lobbies de planos de saúde privados.

Servidor público

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257, que segue para o Senado, impõe restrições contundentes aos direitos dos servidores públicos, e alguns itens foram transferidos para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016. Esta, que visa congelar os gastos públicos por 20 anos, promove alterações constitucionais que vão de encontro aos direitos sociais garantidos na Constituição de 1988. A PEC 241 tem previsão de ser votada em outubro.

O PLP 257/2016 faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo de Dilma Rousseff, ainda no final de 2014. As medidas, que buscam manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, atingem diretamente o serviço público e programas sociais. Além de estabelecer um novo limite para o crescimento do gasto público, o PLP 257/2016 cria um Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal com propostas de “alívio financeiro”, com o alongamento do contrato da dívida com o Tesouro Nacional por 20 anos e a consequente diluição das parcelas, a possibilidade de refinanciamento das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o desconto de 40% nas prestações da dívida pelo prazo de dois anos.

Em troca, os estados são obrigados a aderir ao programa oferecido pela União, de curto e médio prazo, para reduzir o gasto com pessoal, que prevê, entre outras medidas, a redução do gasto com cargos comissionados em 10% e a instituição de regime de previdência complementar de contribuição definida.

A PEC 241/2016, chamada de novo ajuste fiscal pelo governo golpista, limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). É a PEC dos gastos públicos. Significa que a cada ano a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vai definir, com base na regra, o limite orçamentário dos poderes Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas da União), Executivo e Judiciário, Ministério Público Federal da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU).

Como o IPCA só é conhecido após o encerramento do ano, a PEC 241 determina que, para calcular o limite, o governo estimará um valor para a inflação, que será usado na elaboração dos projetos da LDO e da lei orçamentária. Na fase de execução das despesas, no ano seguinte, será usado o valor final do IPCA, já conhecido, procedendo-se aos ajustes nos valores dos limites.

Caso haja descumprimento ao limite de gastos, o órgão ou Poder Público serão penalizados nos anos seguintes com a proibição de medidas que aumentem o gasto público, como o reajuste salarial de servidores públicos; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; à admissão ou à contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos; e à realização de concurso público.

Aposentadoria

A mira destruidora dos golpistas já foi apontada para acabar com a política de valorização do salário mínimo e também se volta contra aposentados e pensionistas, com anúncio de medidas como a redução de até 40% do valor dos benefícios, a desvinculação dos reajustes dos benefícios do salário mínimo e o aumento da idade mínima para 65 anos.

O projeto de reforma da Previdência de Temer, prioridade no seu governo, já está pronto. A nova regra valerá para os trabalhadores com menos de 50 anos. Quem tem mais de 50 permanecerá na regra atual e teria que pagar um pedágio proporcional ao tempo que falta para a aposentadoria. Para mulheres e professores, a idade de transição seria de 45 anos de idade e o tempo de contribuição só teria peso para o valor do benefício.

Fim da paridade – Os atuais e futuros aposentados do setor público também serão atingidos pela reforma da Previdência. Segundo o projeto, a ideia é acabar com a paridade de reajustes entre ativos e inativos. O governo avalia que aposentados e pensionistas do setor público devem receber, no máximo, a correção da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Desvinculação da DRU

A Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite ao governo usar livremente parte de sua arrecadação até 2023, foi aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados e será analisada pelo Senado. O principal objetivo é liberar recursos que estariam comprometidos com Educação, Saúde e Previdência Social para o pagamento da estimativa do déficit primário e juros e amortização da dívida pública.

Leis

trabalhistas

O ataque às leis trabalhistas, à carteira de trabalho e a todos os direitos delas decorrentes, como 13º, férias remuneradas, horas extras, descanso semanal e outros, também está nos planos do golpista. Uma outra proposta em andamento, o negociado sobre o legislado, abandona os trabalhadores e trabalhadoras à própria sorte, colocando-os para negociar os direitos contidos na CLT diretamente com os empresários, sem a proteção adequada e sem regras. Temer quer também reduzir a jornada de trabalho com redução de salário, em troca da permanência no emprego.

Cedae está na mira da rota golpista de desmonte do Estado

Fotos: Internet

Como ficará o país sem água potável e saneamento básico? Trabalhadores resistem

Será nesta terça-feira, dia 6, a mobilização conjunta de entidades — como o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (Sintsama-RJ) e o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) — para alertar a população contra a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

A concentração será às 14h, na Candelária. Dali, os manifestantes irão em passeata até o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na Avenida Chile, onde farão ato público contra a privatização, às 15h.

“Desde o início do golpe, o governo Temer vem pressionando o governo estadual para a entrega da Cedae à iniciativa privada. Por ser pública, a

Cedae atende a maioria da população com água de qualidade, incluindo moradores de áreas mais carentes”, alerta o boletim do Sintsama que convoca para a mobilização.

“Privatizar tudo o que for possível”

Michel Temer lançou em maio o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), que “tem o objetivo de eliminar entraves burocráticos e o excesso de interferência do Estado

que atrapalham as concessões”, segundo matéria do Portal EBC. A ordem de Michel Temer, dizem seus ministros, é privatizar tudo o que for possível na área de infraestrutura.

A resistência é grande, mas o governo do Estado do Rio de Janeiro já encaminhou, segundo o secretário executivo do Programa de Parcerias e Investimentos do governo federal,

Moreira Franco, carta ao BNDES dando aval à inclusão do serviço de saneamento, hoje feito pela Cedae, no programa de concessões do governo federal.

“O governo acredita que a concessão pode ser uma oportunidade para que seja instituída uma nova taxa, atraindo o interesse da iniciativa privada”, comemora a imprensa, esquecendo-se de que do outro lado estão a população e os trabalhadores.

Volta a era neoliberal de FHC

“Esse já é o resultado claro desse governo golpista, que quer usar o BNDES para a venda da Cedae. O BNDES vem com essa gana no saneamento porque é o único setor nacional ainda público que não foi vendido durante o período FHC, como já fizeram os vendilhões no setor elétrico, mineração, petróleo e outros”, alerta o Sindicato.

Para o presidente do Sintsama-RJ, Humberto Lima, os mais prejudicados serão os que vivem em áreas mais carentes. Ele também teme demissões

com a privatização, e chama atenção para o fato de que uma mudança como esta exigiria debate e informações claras, o que não está havendo.

Além disso, como alertou Humberto em matéria publicada há quase um ano, entre 50% e 60% dos funcionários da Cedae correm risco. “A empresa que assumir entrará com mentalidade do setor privado de aumentar receitas e cortar gastos”, disse ele.

Na avaliação de especialistas, o governo entregaria à iniciativa privada a parte mais lucrativa de operação da companhia. Por isso, os trabalhadores da empresa se opõem às mudanças e prometem um grande protesto.

O mundo luta pela água pública

“A água é um patrimônio

natural do nosso povo, e o governo quer entregar para os estrangeiros”, diz carta à população elaborada pelo Sintsama, segundo a qual o Brasil tem a maior reserva de água doce do mundo, e há anos grupos estrangeiros querem se aproveitar desse recurso.

“Se a Cedae for vendida, aumentará a exclusão e a desigualdade social”, diz a carta, acrescentando: “a conta da água vai aumentar; a qualidade dos serviços vai piorar; mais de dois milhões de pessoas que moram em comunidades podem ficar sem acesso à água, e, diante da dificuldade de acesso à água, a privatização pode levar ao retorno de doenças hídricas, como diarreia, cólera, leptospirose, hepatite, malária, disenteria, tifo e outras.

Tarifa acessível — A carta lembra, ainda, que, enquanto mil litros de água tratada pela Cedae custam R\$ 4,00, e ainda é entregue na casa do consumidor, dois litros de água no mercado custam R\$ 4,00, e é preciso buscar no mercado.

Reunião no dia 12 define primeiras privatizações

“Multinacionais querem privatizar uso da água e Temer negocia”. Esse é o título da reportagem publicada no dia 22 de agosto no site Correio do Brasil, na qual alto funcionário da Agência Nacional de Águas (ANA) revela que o Aquífero Guarani, reserva de água doce com mais de 1,2 milhão de km², deverá constar da lista de bens públicos privatizáveis.

A primeira reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), na qual serão definidas as primeiras concessões e privatizações, será realizada no dia 12 de setembro.

“As negociações com os principais conglomerados transnacionais do setor, entre elas a Nestlé e a Coca-Cola, seguem a passos largos”, alerta a matéria, informando que a importância estratégica do Aquífero para abastecer as gerações futuras desperta atenção de grupos de diferentes setores em todo o mundo, segundo a Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos.

Na matéria, a analista venezuelana Sylvia Ubel explica que

“assistimos a uma concentração impressionante da indústria em torno de quatro a cinco multinacionais que estão criando um monopólio”. Mas, para ela, a água doce é um recurso finito, vulnerável à contaminação.

“Esta situação contribuiu para conceber a água como um bem mercantil e não como um direito fundamental, em prejuízo à satisfação das necessidades humanas básicas. A expansão deste negócio exige das grandes corporações de

bebidas e alimentação, como a Coca Cola, Danone, Nestlé..., ter cada vez mais acesso aos recursos hídricos, impulsionando a privatização da água e aquíferos”, comenta Ubel.

Experiências internacionais não são consideradas

O interesse da população, sobretudo a de situação econômica mais desfavorecida, deveria ser o norteador da escolha dos modelos

de prestação de serviços, diz o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito humano à água e ao esgotamento sanitário e pesquisador da Fiocruz (MG), Léo Heller.

Para ele, experiências internacionais mostram problemas que deveriam ser considerados pelo governo brasileiro antes de se propor uma alteração tão profunda no modelo de prestação de serviço e saneamento. Entre eles, processos licitatórios deficientes, evidências de

corrupção, entes regulatórios frágeis, baixíssimo aporte de recursos privados aos sistemas.

Para Heller, o marco normativo mais avançado para se pensar prestação de serviços de água e esgoto é o dos direitos humanos, o que requer que os serviços sejam prestados com base na disponibilidade, no efetivo acesso aos serviços, na sua qualidade, na aceitabilidade das soluções, na acessibilidade financeira das populações mais pobres.

